



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Termo de Referência a aquisição de **insumos, medicamentos, materiais médico-veterinários e agropecuários**, conforme especificações técnicas descritas, visando atender às demandas do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Salto do Lontra – Paraná, conforme especificações abaixo:

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

LOTE	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UN.	UNIT.	TOTAL
1	1	30700	Estetoscópio. Instrumento auscultador para uso veterinário ou médico, com auscultador biauricular, tubo flexível de material resistente, com olivas anatômicas em silicone. Deverá permitir ausculta de sons cardíacos, respiratórios e intestinais, com boa sensibilidade acústica.	2,00	Un	111,45	222,90
2	1	30701	Termômetro clínico digital. Termômetro de leitura digital, com visor em cristal líquido (LCD), escala em graus Celsius, tempo de medição reduzido (aproximadamente 60 segundos), ponta rígida ou flexível, sinal sonoro ao término da aferição, desligamento automático, memória da última medição.	2,00	Un	32,87	65,74
3	1	30702	Luvas cirúrgicas estéreis tamanho 7.5. Luvas de látex natural ou material sintético equivalente, estéreis, descartáveis, tamanho 7.5, embaladas em pares, destinadas a procedimentos cirúrgicos, com superfície microtexturizada para melhor sensibilidade tátil.	50,00	Un	1,44	72,00
4	1	30703	Aventais descartáveis. Aventais de proteção individual, confeccionados em TNT (tecido não tecido) ou material equivalente, manga longa com punho, fechamento posterior, descartável, estéril ou não estéril conforme necessidade. PACOTE COM 10 UNIDADES.	10,00	Pct	59,70	597,00
5	1	30704	Fios de sutura não absorvíveis nylon 2.0. Fio cirúrgico não absorvível de poliamida (nylon), monofilamentar, estéril, descartável,	5,00	Cx.	57,77	288,85



Município de Salto do Lontra

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.707/0001-04

Paço Municipal Prefeito Dr. Wilson J. S. Nunes

			acondicionado em envelope individual, com agulha atraumática de aço inoxidável acoplada. CAIXA COM 10 UNIDADES.				
6	1	30705	Fios de sutura não absorvíveis nylon 3.0. Fio cirúrgico não absorvível de poliamida (nylon), monofilamentar, estéril, descartável, acondicionado em envelope individual, com agulha atraumática de aço inoxidável acoplada. CAIXA COM 10 UNIDADES.	5,00	Cx.	57,77	288,85
7	1	30706	Seringa 3 ML. Seringas descartáveis, estéreis, corpo transparente, graduação legível, com êmbolo siliconizado de fácil deslizamento, bico Luer Slip ou Luer Lock, com agulha. Capacidade nominal: 3 ml. CAIXA COM 500 UNIDADES.	5,00	Cx.	226,25	1.131,25
8	1	30707	Seringa 10 ML. Seringas descartáveis, estéreis, corpo transparente, graduação legível, com êmbolo siliconizado de fácil deslizamento, bico Luer Slip ou Luer Lock. Capacidade nominal: 10 ml. CAIXA COM 100 UNIDADES.	5,00	Cx.	108,50	542,50
9	1	30708	Seringa 20 ML. Seringas descartáveis, estéreis, corpo transparente, graduação legível, com êmbolo siliconizado de fácil deslizamento, bico Luer Slip ou Luer Lock. Capacidade nominal: 20 ml. CAIXA COM 100 UNIDADES.	5,00	Cx.	130,00	650,00
10	1	30709	Lâminas de bisturi nº 24. Lâminas cirúrgicas estéreis, descartáveis, em aço carbono ou inoxidável, compatíveis com cabos de bisturi padrão nº 4, tamanho nº 24. CAIXA COM 100 UNIDADES.	5,00	Cx.	88,75	443,75
11	1	30710	Gaze estéril. Tecido 100% algodão, hidrófilo, alvejado, em pacotes individuais, 13 fios ou superior.	10,00	Pct	65,83	658,30
12	1	30711	Algodão. Hidrófilo, em rolo, macio, atóxico, embalagem protetora.	10,00	Pct	42,88	428,80
13	1	30712	Compressas cirúrgicas. Confeccionadas em tecido de algodão, estéreis, dobradas, bordas embainhadas, com ou sem fio radiopaco. Pacote com 50 unidades.	10,00	Pct	89,70	897,00

Administração Municipal

Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná



Município de Salto do Lontra

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.707/0001-04

Paço Municipal Prefeito Dr. Wilson J. S. Nunes

14	1	30713	PVPI degermante. Solução degermante de povidona-iodo, concentração mínima de 10%, para uso em antisepsia pré-operatória, 1 litro. CAIXA COM 12 UNIDADES.	20,00	Cx.	884,53	17.690,60
15	1	30714	PVPI tópico. Solução tópica de povidona-iodo, concentração mínima de 10%, para aplicação cutânea. 1 LITRO. CAIXA COM 12 UNIDADES.	10,00	Cx.	730,00	7.300,00
16	1	30715	Ivermectina. Solução injetável de ivermectina, concentração usual de 1%, para uso veterinário, em frasco-ampola de 50 mL.	10,00	Un	17,68	176,80
17	1	30716	Vermífugos (pamoato de pirantel, praziquantel, fenbendazol). Formulações antiparasitárias para uso veterinário, em comprimidos, suspensões orais ou granulado, contendo como princípio ativo pamoato de pirantel, praziquantel ou fenbendazol, devidamente registrados. CAIXA HOSPITALAR COM 100 UNIDADES	10,00	Cx.	278,00	2.780,00
18	1	30717	Cetamina. Anestésico geral dissociativo, solução injetável, concentração usual de 10%, em frasco 20 ML	50,00	Un	78,00	3.900,00
19	1	30718	Xilazina. Sedativo e analgésico, solução injetável, concentração usual de 2%, em frasco 10 ml.	50,00	Un	65,67	3.283,50
20	1	30719	Lidocaína local. Anestésico local, solução injetável de cloridrato de lidocaína 2%, sem vasoconstritor, em frasco-ampola de 50 mL.	5,00	Un	25,28	126,40
21	1	30720	Vacinador automático com cilindro inquebrável e reparos de vedações. Dispositivo aplicador de vacinas, capacidade regulável, corpo resistente (cilindro inquebrável), com sistema de vedação substituível, possibilitando esterilização e uso contínuo.	4,00	Un	358,70	1.434,80
22	1	30721	Brinco para identificação de bovinos. Identificador auricular em material plástico atóxico e resistente, com numeração sequencial gravada ou marcada, sistema de aplicação com pino metálico ou plástico, resistente a intempéries. CAIXA COM 100 UNIDADES.	20,00	Cx.	310,00	6.200,00

Administração Municipal

Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná



Município de Salto do Lontra

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.707/0001-04

Paço Municipal Prefeito Dr. Wilson J. S. Nunes

23	1	30722	Luva para inseminação artificial. Luva plástica descartável de braço longo (até o ombro), transparente, resistente, acondicionada em caixa com 100 unidades.	20,00	Cx.	87,50	1.750,00
24	1	30723	Bainha para inseminação artificial descartável. Bainha descartável, transparente, atóxica, compatível com aplicador universal de inseminação artificial bovina, embaladas individualmente. CAIXA COM 50 UNIDADES.	40,00	Cx.	30,70	1.228,00
25	1	30724	Termômetro digital para descongelamento de sêmen bovino. Termômetro digital resistente à água, faixa de medição adequada para controle de banho-maria em inseminação artificial, visor digital de fácil leitura, haste metálica resistente à imersão.	2,00	Un	64,45	128,90
26	1	30725	Meloxicam (injetável). Anti-inflamatório não esteroide, solução injetável, em frasco, concentração usual de 2% ou equivalente, frasco de 50 mL.	5,00	Un	100,88	504,40
27	1	28056	Vacina B19 para Imunização de Fêmeas Bovinas contra Brucelose Descrição: Vacina B19, apresentada em frasco com 15 doses, destinada à imunização de fêmeas bovinas contra a brucelose.	40,00	Un	63,35	2.534,00
28	1	30726	Agulha descartável. Descrição: agulhas descartáveis de uso geral, em conformidade com normas de segurança e esterilização. Tamanho 18 g (40 x 1,20 mm). CAIXA COM 100 UNIDADES.	20,00	Cx.	41,48	829,60
29	1	30727	Diclofenaco injetável. Solução injetável de uso veterinário, contendo como princípio ativo diclofenaco sódico. Apresentação em frascos-ampola. Deve ser indicado para uso anti-inflamatório, analgésico e antirreumático em animais. Concentração mínima de 25 mg/mL. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega. Frasco de 100 mL.	10,00	Un	34,41	344,10
30	1	30728	Penicilina injetável. Suspensão injetável de uso veterinário, contendo penicilina benzatina, procaina ou combinação de sais de penicilina. Frasco-ampola multidose, concentração mínima equivalente a 5.000.000 UI por frasco. Destinado ao	10,00	Un	44,46	444,60

Administração Municipal

Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná



Município de Salto do Lontra

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.707/0001-04

Paço Municipal Prefeito Dr. Wilson J. S. Nunes

			tratamento de infecções bacterianas em animais. Validade mínima de 12 (doze) meses no ato da entrega. Frasco 50 ml				
31	1	30729	Oxitetraciclina injetável. Solução injetável de uso veterinário, contendo oxitetraciclina base em concentração mínima de 200 mg/ml. Apresentação em frasco-ampola multidose. Indicado para infecções bacterianas sensíveis à oxitetraciclina em animais de produção e animais de companhia. Validade mínima de 12 (doze) meses. Frasco de 50 mL.	10,00	Un	26,28	262,80
32	1	30730	Estreptomicina. Pó ou solução injetável de uso veterinário, contendo estreptomicina base em concentração mínima de 250 mg/ml (ou equivalente em pó para reconstituição). Frasco-ampola. Indicado no tratamento de infecções bacterianas sensíveis ao princípio ativo. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da entrega.	10,00	Un	48,80	488,00
33	1	30731	Sulfa + Trimetoprim (associação). Solução injetável ou oral de uso veterinário, contendo a associação de sulfametoxazol (ou outro derivado sulfonamídico) e trimetoprim em proporção terapêutica (5:1). Frascos-ampola ou frascos multidose. Indicado para tratamento de infecções bacterianas em animais. Validade mínima de 12 (doze) meses. 50 ml	10,00	Un	34,18	341,80
34	1	30732	Cloreto de Potássio. Solução injetável estéril de cloreto de potássio, em concentração mínima de 19,1% (KCl equivalente a 2 mEq/ml). Apresentação em ampolas ou frascos para diluição em fluidoterapia. Produto deve atender aos padrões farmacêuticos e veterinários aplicáveis. Validade mínima de 12 (doze) meses.	100,00	Un	1,53	153,00
35	1	30733	Óculos de proteção para aplicação de vacina contra brucelose. Óculos de segurança em material incolor ou levemente tonalizado, com lentes em policarbonato de alta resistência, tratamento antiembaçante e antirrisco, proteção lateral e haste ajustável. Deve garantir vedação adequada contra respingos acidentais de vacinas e substâncias químicas. Atender às normas de segurança aplicáveis (mínimo ABNT NBR 13697 ou equivalente).	10,00	Un	13,86	138,60

Administração Municipal

Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná



Município de Salto do Lontra

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.707/0001-04

Paço Municipal Prefeito Dr. Wilson J. S. Nunes

36	1	30734	Vacina contra raiva para cães e gatos. Vacina inativada contra o vírus da raiva, de uso veterinário, indicada para imunização ativa de cães e gatos. Deve conter antígeno viral inativado, com potência mínima conforme exigências do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Apresentação em frascos-ampola monodose ou multidose, acompanhada de diluente quando aplicável. Produto deve possuir registro vigente no MAPA, ser acondicionado sob refrigeração entre +2°C e +8°C e apresentar prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses no ato da entrega.	300,00	Un	22,35	6.705,00
37	1	30735	Aplicador de sêmen para inseminação artificial bovina. Estrutura metálica resistente, de fácil higienização, compatível com bainhas e palhetas de sêmen padrão de 0,25 ml e 0,50 ml. Deve possuir mecanismo de êmbolo com acionamento suave e preciso, garantindo a liberação uniforme do sêmen. O corpo do aplicador deve permitir esterilização por métodos usuais em medicina veterinária. O produto deve ser durável, reutilizável, ergonômico e atender às práticas recomendadas para inseminação artificial em bovinos.	5,00	Un	153,93	769,65
38	1	30736	Ração para cães de todos os tamanhos. Ração seca completa e balanceada, destinada à alimentação de cães de pequeno, médio e grande porte, em qualquer fase da vida. Deve conter níveis adequados de proteína, fibras, vitaminas e minerais, atendendo às exigências nutricionais mínimas estabelecidas pelo MAPA. Apresentação em sacos com peso mínimo de 15 kg. Produto com validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega, acondicionado em embalagem resistente, inviolada e devidamente rotulada.	200,00	Pct	140,48	28.096,00
39	1	30737	Spray cicatrizante e antisséptico de uso veterinário, à base de alumínio micronizado (prata), indicado para proteção de feridas e auxílio no processo de cicatrização em animais. Deve formar uma película protetora sobre a lesão, resistente à umidade, insetos e contaminações externas. Apresentação em frascos aerossol com volume mínimo de 200 ml. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da entrega.	10,00	Un	30,15	301,50

Administração Municipal

Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná



Município de Salto do Lontra

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.707/0001-04

Paço Municipal Prefeito Dr. Wilson J. S. Nunes

40	1	30738	Calçado ocupacional tipo bota abaixo do joelho, cano alto, coloração: azul e amarelo, constituída de policloreto de vinila (PVC). Solado monodensidade com ressalto, solado resistente à ação de óleo combustível. Região do salto totalmente fechada, com resistência ao escorregamento. Forração simples em poliéster. Cabedal tipo D, Indicação para uso: Proteção dos pés do usuário contra riscos de natureza leve, contra agentes abrasivos e escoriantes e contra umidade proveniente de operações com uso de água. Tamanhos variantes de 39 a 44	15,00	PAR	62,64	939,60
41	1	30739	A Régua para Medir Nitrogênio. Com 51 cm de marcação.	10,00	Un	19,25	192,50
42	1	28369	Luva para procedimento tamanho G, não estéril, com pó, confeccionada em látex natural. Embalagem com 100 (cem) unidades.	30,00	Cx.	27,43	822,90

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Edital.

2.2 ADENDO TÉCNICO – ENTREGA PARCELADA DE VACINAS

Em relação aos itens 27 (Vacina B19 para imunização contra brucelose) e 36 (Vacina contra raiva para cães e gatos), por se tratarem de produtos imunobiológicos termolábeis, que necessitam de armazenamento contínuo em temperatura controlada (entre +2°C e +8°C), e considerando que o Município não dispõe de estrutura adequada para estocagem em grande volume, a entrega deverá ser realizada de forma parcelada, conforme demanda do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente. As entregas deverão ser previamente solicitadas pelo Município, em quantidades compatíveis com a capacidade de armazenamento disponível, sendo responsabilidade da contratada garantir o transporte em condições adequadas de conservação, preservando integralmente a cadeia de frio até o momento da entrega.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Administração Municipal

Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná



3.1. Os objetos dessa licitação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

3.2. Os objetos dessa licitação não se enquadram como bens de luxo.

4. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. O prazo inicial de execução do contrato oriundo deste processo licitatório, será de 15 (dias), contado a partir do recebimento da ordem de serviço, e poderá ser prorrogado.

4.2. O prazo inicial de vigência do contrato oriundo deste processo licitatório, será de 12 (meses), contado a partir da assinatura, e poderá ser prorrogado, desde que fique comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

5. DA JUSTIFICATIVA, FUNDAMENTAÇÃO E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

5.1. O Município de Salto do Lontra, por meio do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente, desenvolve ações contínuas voltadas ao fortalecimento da agropecuária local, à promoção da saúde animal e à proteção da saúde pública.

5.2. Nesse contexto, a disponibilização de insumos, medicamentos veterinários e materiais agropecuários é essencial para garantir a execução de programas e atendimentos voltados aos produtores rurais e à população em geral, especialmente no que se refere ao controle sanitário, manejo adequado dos animais e prevenção de doenças.

5.3. Destaca-se que a ausência desses insumos comprometeria diretamente a continuidade dos serviços prestados pelo município, podendo resultar em prejuízos à produção agropecuária, ao bem-estar animal e à saúde coletiva, sobretudo em relação ao controle de zoonoses.

5.4. Além disso, a aquisição visa atender às demandas rotineiras do setor, garantindo condições adequadas de trabalho aos profissionais envolvidos e assegurando a eficiência das políticas públicas municipais voltadas ao desenvolvimento rural sustentável.



5.5. Dessa forma, a contratação se justifica pela necessidade de assegurar a regularidade, qualidade e eficiência dos serviços públicos, promovendo o atendimento adequado às demandas do município.

5.6. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

6.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. SUSTENTABILIDADE

A descrição dos requisitos de Sustentabilidade encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

7.2. SUBCONTRATAÇÃO

7.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7.3. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

7.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

8. MODELO DE EXECUÇÃO

8.1. CONDIÇÕES DE ENTREGA

8.1.1. O prazo de entrega dos materiais é de 15 (quinze) dias, contados do empenho em remessa única no endereço RUA VEREADOR IDANIR CANELO, 436, CENTRO, SALTO DO LONTRA, CEP: 85670-000.

8.1.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 1 (um) ano, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.



8.1.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

8.1.4. A Contratada deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto no endereço indicado neste Termo de Referência, conforme as condições e as necessidades do licitante.

8.1.5. As entregas deverão ser realizadas de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 07:30 às 11:30h e das 13:00 às 16:30h. Qualquer entrega fora desse horário poderá não ser recebida.

8.1.6. Todos os DANFES deverão conter obrigatoriamente: a descrição do produto, a marca e/ou fabricante, o número de lote do produto, o prazo de validade do produto, o número do pregão, e o endereço do Local de Entrega. O não atendimento a esse item sujeitará a empresa às penalidades previstas neste Termo de Referência.

8.1.7. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

8.1.8. Os medicamentos deverão ser entregues com prazo de validade de no mínimo 75 % do seu prazo total de validade ainda vigente na data da entrega, mas nunca se admitindo entrega com prazo inferior a 12 meses. Em situações excepcionais, expressamente justificadas, poderá ser avaliada a entrega com prazos inferiores, desde que mediante o compromisso escrito do fornecedor de fazer a substituição de unidades que eventualmente vençam nos estoques dos serviços. O pedido deve ser formalizado e deve receber anuência expressa do Município antes que ocorra a entrega. O pedido deve estar acompanhado de documentação comprobatória.

8.1.9. O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a legislação do MAPA e do Código de Defesa do Consumidor.

8.1.10. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte, e entregues obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no MAPA. Não serão aceitos produtos fora de suas embalagens originais.



8.1.11. As embalagens primárias dos produtos devem apresentar número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

8.1.12. Em caso de avaria do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente recolhido e repostado por produto íntegro, sem qualquer ônus adicional para o Município.

8.1.13. A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, devendo a mesma estar especificada no DANFE, caso contrário serão aplicadas as penalidades previstas no item 9 deste Termo de Referência.

8.1.14. Em caráter excepcional, poderá ser avaliada a possibilidade de troca de marca, fabricante e/ou embalagem por produto que atenda às exigências do edital de licitação. O pedido deve ser formalizado e deve receber anuência expressa do Município antes que ocorra a entrega.

8.1.15. Caso não sejam cumpridas as exigências do edital de licitação, o fornecedor será comunicado a retirar o produto no Local de Entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações, sem nenhum ônus ao Município, e sofrerá as penalidades previstas no item 9 deste Termo de Referência.

8.1.16. Nos termos do Convênio ICMS nº 87/02- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

8.1.17. Preenchimento do Código GTIN e dos campos dos Grupos I80 e K das notas fiscais eletrônicas correspondentes.

8.1.18. Em relação aos itens 27 (Vacina B19 para imunização contra brucelose) e 36 (Vacina contra raiva para cães e gatos), por se tratarem de produtos imunobiológicos termolábeis, que necessitam de armazenamento contínuo em temperatura controlada (entre +2°C e +8°C), e considerando que o Município não dispõe de estrutura adequada para estocagem em grande volume, a entrega deverá ser realizada de forma parcelada, conforme demanda do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente. As entregas deverão ser previamente solicitadas pelo Município, em quantidades compatíveis com a capacidade de armazenamento disponível, sendo responsabilidade da contratada



garantir o transporte em condições adequadas de conservação, preservando integralmente a cadeia de frio até o momento da entrega.

8.2. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

NÃO SE APLICA.

8.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.3.1. São obrigações da Contratada:

I - efetuar a entrega dos objetos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, da qual constarão as indicações referentes à marca, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

II - responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078, de 1990);

III - substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

IV - comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

V - indicar preposto para representa-lo durante a execução da ata, e também manter comunicação com a Administração para gestão da ata;

VI - manter durante toda a vigência da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VII - guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ata;

VIII - arcar com o ônus decorrente de eventual erro no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando:



a) houver alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração, retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento;

b) houver interrupção da execução da ata ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração ou ainda aumento das quantidades inicialmente previstas da ata, nos limites permitidos pela Lei Federal 14.133, de 2021.

IX - Nos termos do Convênio ICMS nº 87/02- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

X - Preenchimento do Código GTIN e dos campos dos Grupos I80 e K das notas fiscais eletrônicas correspondentes.

8.4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.4.1. O licitante e o Contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto Regulamentador, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

9. GESTÃO DO CONTRATO

I - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

II - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

III - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



IV - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

V - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

VI - O contratado não está obrigado a manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

9.1 DA FISCALIZAÇÃO

9.1.1 O fiscal do contrato será Sandra Regina Bernardi, conforme portaria de nomeação N° 929 de 25 de junho de 2025.

9.1.2 O fiscal terá as seguintes atribuições:

I - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

II - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

IV - Demais funções previstas na regulamentação municipal.

9.1.3 O fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto do contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

9.1.4 O contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal do contrato, desde que



comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

9.1.5. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis, devem ser aplicadas as sanções ao contratado de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

9.1.6 O fiscal poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

9.1.7. Caso o fiscal do contrato verifique que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº. 14.133, de 2021.

9.1.8 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do contratado que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

9.1.9 O fiscal do contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

9.1.10 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

9.2. GESTOR DO CONTRATO

9.2.1 O gestor do contrato será Roberto Carlos Lucietto, conforme portaria de nomeação N° 929 de 17 de fevereiro de 2025.

Administração Municipal

Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná



9.2.2. O gestor terá as seguintes atribuições:

- I - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;
- II - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III - Demais funções previstas na regulamentação municipal.

10. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. DO RECEBIMENTO

10.1.1 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da ata.

10.1.2 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

10.1.2.1. O serviço será recebido provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

10.1.2.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.1.3 DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

10.1.3.1. Os bens serão recebidos definitivamente pelo gestor do contrato no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, nos termos do Decreto Regulamentador.

11.1.3.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da ata.

10.2. LIQUIDAÇÃO



10.2.1. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município de Salto do Lontra constando número da licitação, e descrição dos serviços prestados.

10.2.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, observadas as disposições do Termo de Referência, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Decreto Regulamentador.

10.2.3. Nenhuma liquidação será efetuada sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no serviço efetuado ou no cumprimento de obrigações contratuais.

10.2.4. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gerando compensação financeira.

10.2.5. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da nota apresentada.

10.3. FORMA DE PAGAMENTO

10.3.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados da liquidação.

10.3.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação do índice de correção monetária IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), ou outro que vier a substituí-lo.

10.3.3. A Contratante realizará todas as retenções tributárias a que for obrigada, inclusive retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.



10.3.4. Será aplicada a alíquota para retenção, conforme prevista na IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

10.3.5. As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB nº. 1234/2012.

10.3.6. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

11.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

11.1.2. O modo de disputa será aberto e fechado.

11.2. FORMA DE FORNECIMENTO

11.2.1. Constitui objeto deste contrato a aquisição de **insumos, medicamentos, materiais médico-veterinários e agropecuários** por parte da contratada, de forma contínua.

11.2.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo Município, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

11.2.3. Os serviços deverão ser prestados na forma prevista neste Termo de Referência.

11.3. EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO

11.3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais contidas no edital.



11.3.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor são as usuais contidas no edital

11.3.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão

Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

Comprovação de aptidão para fornecimento de bens compatíveis com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado; Quando aplicável, comprovação de que os produtos possuem registro nos órgãos competentes (ex.: MAPA, ANVISA ou órgão equivalente);

12. ESTIMATIVA DE PREÇO

12.1. Considerando a pesquisa de preços e orçamentos realizados, a metodologia de cálculo utilizada para obtenção do valor de referência unitário foi a média ponderada dos valores unitários apresentados nos itens da solução. A estimativa para a contratação é de R\$ 96.153, 99 (Noventa e seis mil, cento e cinquenta e três reais e seis centavos).

13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



13.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5 As alterações de que tratam o item anterior deverão atender a todos os requisitos constantes nos artigos 124 ao 136 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

13.6 As alterações dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão responsável promover as respectivas modificações que se fizerem necessárias.

13.7 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

c) Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

c.1) No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

c.2) No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13.8 As alterações dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão responsável promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os publicamente no site oficial.



13.9 As alterações dependem de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado junto ao Fiscal da Ata de Registro.

14. DO REAJUSTE

14.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta apresentada.

14.2 Após o decurso de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o decurso mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.6 O reajuste será realizado por apostilamento. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UG	ÓRGÃO	UNIDADE	REDUZIDO	FONTE	AÇÃO	DESCRIÇÃO	DESP.	DESD	NATUREZA
0	2	2	5	0	2007	DIVISÃO DE FOMENTO ANIMAL	60	2692	3.3.90.30.12.00.00
0	2	2	5	0	2007	DIVISÃO DE FOMENTO ANIMAL	60	2689	3.3.90.30.06.00.00
0	2	2	5	0	2007	DIVISÃO DE FOMENTO ANIMAL	60	2690	3.3.90.30.18.00.00
0	2	2	5	0	2007	DIVISÃO DE FOMENTO ANIMAL	60	2691	3.3.90.30.28.00.00



16. APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

16.1 O servidor que subscreve este Termo de Referência atesta que observou integralmente a regulamentação estabelecida pelo decreto regulamentador e as orientações constantes da minuta padronizada aprovada.

Salto do Lontra, 15 de Abril de 2026.

Roberto Carlos Lucietto
Departamento de Agricultura e Meio Ambiente